

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA

CNPJ 47.795.448/0001-02

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(valores expressos em reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		200.778	557.691	Fornecedores		131.894	211.681
Faturas a Receber		132.246	111.053	Serviços Médicos a Repassar		204.010	186.622
(-) Perdas Estimadas		(1.553)	(1.836)	Obrigações Trabalhistas		119.870	114.857
Adiantamentos		391	-	Férias a Pagar		124.993	127.710
Subvenções a Receber		260.378	235.816	Obrigações Fiscais e Sociais		70.503	66.581
Outras Contas a Receber		52.720	47.874	Outras Contas a Pagar		-	399
Estoques		182.256	121.507	Subvenções a Realizar		128.706	245.321
TOTAL CIRCULANTE		827.215	1.072.105	TOTAL CIRCULANTE		779.977	953.170
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado		6.558.044	6.277.528	Receitas Diferidas		765.942	679.459
Depreciação Acumulada		(1.505.113)	(1.195.845)	TOTAL NÃO CIRCULANTE		765.942	679.459
TOTAL NÃO CIRCULANTE		5.052.931	5.081.683	Patrimônio Líquido			
				Patrimônio Social		1.423.360	1.671.907
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.093.605	3.159.832
				Déficit do Exercício		(182.738)	(310.581)
TOTAL DO ATIVO		5.880.145	6.153.788	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.334.226	4.521.158
				TOTAL DO PASSIVO		5.880.145	6.153.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fatura 31 de dezembro de 2018.

Márcia Doroteia de Andrade Garcia Bortotti

Presidente

Robert Gregório do Prado

Tesoureiro

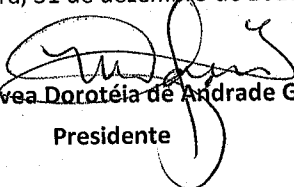
Andréia Lucimara de Oliveira


CRC SP-181.802

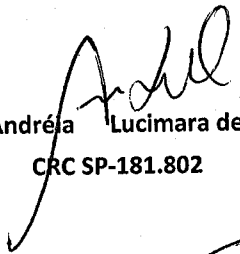
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA
 CNPJ 47.795.448/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (valores expressos em reais)

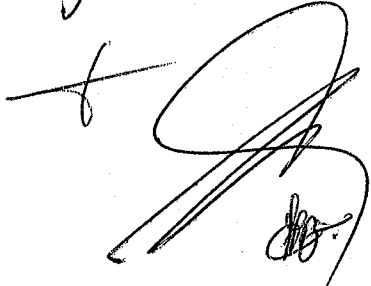
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta de Serviços		5.057.840	4.874.593
Atendimentos ao SUS		1.025.567	1.014.876
Convênio Pronto Socorro - Prefeitura Municipal de Fartura		2.957.000	2.838.257
Pacientes - Convênios/Particulares		1.075.274	1.021.460
(-) Deduções da Receita		(8.354)	(5.574)
(-) Abatimentos - Glosas		(8.354)	(5.574)
Receita Líquida de Serviços		5.049.486	4.869.019
(-) Custos dos Serviços Prestados			
Custo de Pessoal		(2.817.755)	(2.793.902)
Custo de Serviços de Terceiros		(2.989.393)	(2.787.035)
Custo de Materiais e Medicamentos		(608.403)	(605.501)
		(6.415.551)	(6.186.438)
Resultado Bruto		(1.366.065)	(1.317.419)
Despesas e Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas		(500.732)	(479.111)
Financeiras Líquidas		2.028	10.347
Receitas com Subvenções		466.672	196.583
Receitas com Campanhas e Doações		629.598	629.956
Outras Receitas Operacionais		39.694	135.997
Outras Despesas Operacionais		(30.295)	(62.365)
Receitas com Trabalho Voluntário		16.080	16.646
Receitas com Isenções Usufruídas		560.280	558.785
		1.183.326	1.006.838
Déficit do Exercício		(182.738)	(310.581)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
 Fartura, 31 de dezembro de 2018.


 Nívea Dorotéia de Andrade Garcia Bortotti
 Presidente


 Roberto Gregório do Prado
 Tesoureiro


 Andréia Lucimara de Oliveira
 CRC SP-181.802



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA

CNPJ 47.795.448/0001-02

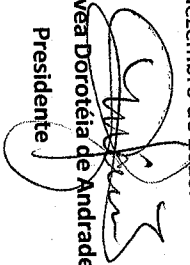
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em reais)

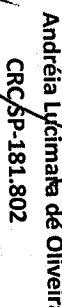
	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit ou Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.636.998</u>	<u>3.237.283</u>	<u>(42.240)</u>	<u>4.832.041</u>
Transferência de Déficit para Patrimônio Social				-
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial, no ano de 2017	(42.240)	(77.451)	42.240	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	77.451			(303)
Déficit do exercício - 2017	(303)		(310.581)	(310.581)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.671.907</u>	<u>3.159.832</u>	<u>(310.581)</u>	<u>4.521.158</u>
Transferência de Déficit para Patrimônio Social				-
Realização de Ajustes de Avaliação Patrimonial, no ano de 2018	(310.581)	66.228	310.581	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	66.228			-
Déficit do exercício corrente - 2018	(4.193)		(182.738)	(182.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.423.360</u>	<u>3.093.605</u>	<u>(182.738)</u>	<u>4.334.226</u>

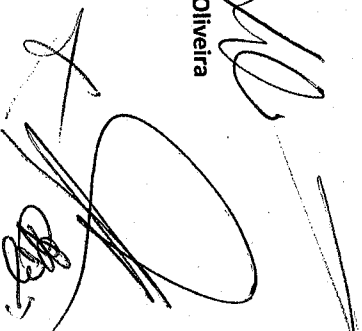
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fatura, 31 de dezembro de 2018.


Nivea Dorotéia de Andrade Garcia Bortotti
Presidente


Roberto Gregório do Prado
Tesoureiro


Andréia Lucimara de Oliveira
CRC/SP-181.802

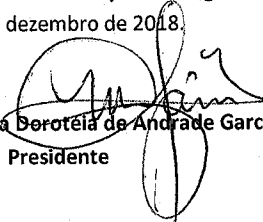



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA
CNPJ 47.795.448/0001-02
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em reais)

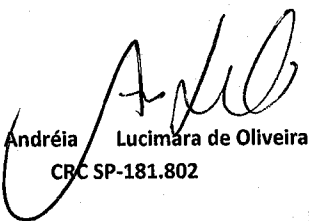
Método Indireto	2018	2017
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Déficit do Exercício	(182.738)	(310.581)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(4.193)	(303)
Perdas Estimadas	(283)	711
Depreciação	314.654	293.583
Férias a Pagar	(2.716)	5.762
Receitas Diferidas	86.483	265.649
(=) Resultado Ajustado	211.206	254.821
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante		
Faturas a Receber	(21.193)	3.220
Adiantamentos	(391)	1.211
Subvenções a Receber	(24.562)	489
Outras Contas a Receber	(4.846)	(16.785)
Estoques	(60.749)	(12.304)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante e Não Circulante	(111.740)	(24.169)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	(79.787)	129.139
Serviços Médicos a Repassar	17.388	(11.488)
Obrigações Trabalhistas	5.014	6.329
Obrigações Fiscais e Sociais	3.922	8.089
Outras Contas a Pagar	(399)	(1.576)
Subvenções a Realizar	(116.615)	(39.070)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	(170.477)	91.422
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	(71.012)	322.075
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição do Imobilizado	(286.459)	(532.453)
Baixas do Imobilizado	557	6.386
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(285.902)	(526.067)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2)	(356.914)	(203.992)
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	557.691	761.683
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	(356.914)	(203.992)
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	200.778	557.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fartura, 31 de dezembro de 2018.


Nívea Borotêla de Andrade Garcia Bortotti
Presidente


Roberto Gregório do Prado
Tesoureiro


Andréia Lucimara de Oliveira
CRC SP-181.802

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA
CNPJ 47.795.448/0001-02

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, isenta de tributação, regendo-se pelos Estatutos Sociais e demais disposições legais, a Entidade tem como finalidade prestar assistência médica e hospitalar.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes do exercício de 2017.

Descrições das principais práticas contábeis

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os valores de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente junto a Instituições Financeiras.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

b. Faturas a Receber

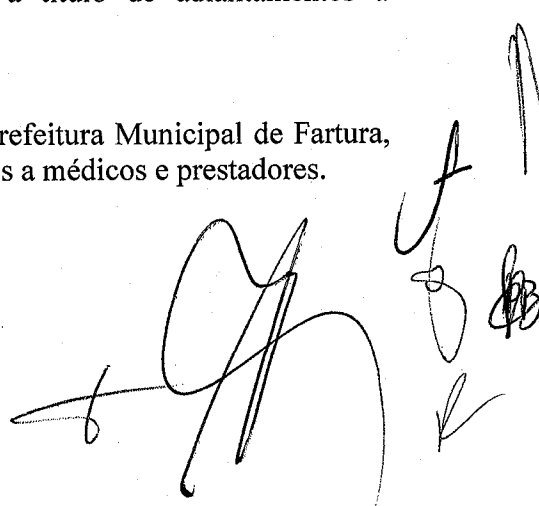
Representam os valores provenientes de direitos a receber, pela contra prestação de serviços aos convênios, pacientes particulares e ao SUS.

c. Adiantamentos

Encontra-se nessa conta valores que foram pagos a título de adiantamentos a funcionários e outros.

d. Subvenções a Receber

A Entidade, tinha ao final do exercício a receber da Prefeitura Municipal de Fartura, subvenções referentes a repasses que deveriam ser feitos a médicos e prestadores.



e. Outras Contas a Receber

Nessa rubrica consta valores pendentes de recebimento como cheques pré-datados, em cobrança, judicial ou não.

f. Perdas Estimadas

A entidade constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos a receber, com base em estimativas.

g. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição de materiais alocados no almoxarifado que não excede o valor de mercado.

h. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação de acordo com a vida útil dos seus bens.

Com a adoção inicial da ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros em 2012, a Entidade adotou o método do custo atribuído para avaliar seus ativos.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	3.268	3.483
Bancos - Contas c/ Movimento	24.219	119.022
Aplicações de Liquidez Imediata	<u>173.290</u>	<u>435.186</u>
Total	200.778	557.691

4 Imobilizado e Depreciação Acumulada

Imobilizado	2017	Aquisição	Baixa	Transferência	2018
TERRENOS	799.000	-	-	-	799.000
EDIFÍCIO HOSPITALAR	3.481.935	-	-	313.824	3.795.759
EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	567.739	48.834	(1.940)	-	614.633
APAR. INSTR. DE MEDICINA E CIRURG.	815.958	-	-	-	815.958
INSTALAÇÕES	9.536	1.329	-	-	10.865
VEÍCULOS	11.500	-	-	-	11.500
APAR. E EQUIP. DE LABORATÓRIO	159.765	-	(242)	-	159.523
EQUIPAMENTOS DE LAVANDERIA	13.500	-	-	-	13.500
EQUIPAMENTO PARA INFORMÁTICA	86.520	1.986	(3.762)	-	84.744
GERADOR DE ENERGIA	31.500	-	-	-	31.500
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO - CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE	300.575	13.249	-	(313.824)	-
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO - REFORMA COZINHA E ADMIN.	-	183.054	-	-	183.054
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO - REFORMA COZINHA E ADMIN.	-	38.008	-	-	38.008
Total	6.277.528	286.459	(5.943)	-	6.558.044

Depreciação	2017	Depreciação	Baixa	Transferência	2018
EDIFÍCIO HOSPITALAR	(387.501)	(74.559)	-	-	(462.061)
EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(266.445)	(96.132)	1.413	-	(361.164)
APAR. INSTR. DE MEDICINA E CIRURG.	(372.122)	(108.481)	-	-	(480.603)
GERADOR DE ENERGIA	(12.600)	(2.100)	-	-	(14.700)
INSTALAÇÕES	(8.599)	(443)	-	-	(9.041)
VEÍCULOS	(1.469)	(767)	-	-	(2.236)
APAR. E EQUIP. DE LABORATÓRIO	(79.963)	(21.388)	211	-	(101.140)
EQUIPAMENTOS DE LAVANDERIA	(13.500)	-	-	-	(13.500)
EQUIPAMENTO PARA INFORMÁTICA	(53.646)	(10.785)	3.762	-	(60.669)
Total	(1.195.845)	(314.654)	5.386	-	(1.505.113)
Imobilizado Líquido	5.081.683				5.052.931

5 Passivo Circulante e Não Circulante

São registrados por valores históricos contraídos, vencíveis a curto e a longo prazo e atualizados monetariamente quando esta exigência for pertinente.

6 Serviços Médicos a Repassar

Refere-se a honorários médicos a serem repassados pela prestação de serviços hospitalares.

7 Obrigações Trabalhistas

Registra os valores provenientes de obrigações junto a funcionários.

8 Férias a Pagar

Registra os valores provisionados para férias dos funcionários da entidade, além do FGTS.

9 Obrigações Fiscais e Sociais

Representa os encargos sociais como FGTS, INSS, além das contribuições sindicais e valores referente a retenções de tributos sobre pagamentos a funcionários e fornecedores e que serão recolhidos em seus vencimentos.

10 Receitas Diferidas

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC T 19.4 - Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

Desta forma, a Entidade reconhece como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado, e no exercício de 2018 totalizou em R\$ 82.037, restando R\$ 765.942, já gastos com imobilizado e que serão reconhecidos em períodos subsequentes.

11 Patrimônio Social e Déficit do Exercício

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/défcits apurados anualmente desde a data de sua constituição, e o déficit apurado neste exercício no valor de R\$ 182.738, será incorporado ao mesmo após aprovação do balanço em assembleia geral, somando assim, um saldo de R\$ 4.334.226.

12 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Anualmente, é realizado desta conta, em contrapartida do Patrimônio Social, os valores referentes a mais valia dos bens avaliados, em decorrência de sua utilização, multiplicando o valor da mais valia apurada, pela nova taxa de depreciação assumida. O valor realizado em 2018 foi de R\$ 66.228.

13 Receitas e Despesas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime da Competência, e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS. As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

14 Atendimento ao SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, Inciso III, da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2018 foi de:

Atualização do CNES (mais recente):			31/01/2019			Competência Apresentação (Ano):			2018		
Competência Mês / Ano			Internação			Ambulatório			% SUS Mensal		
			SUS		Não-SUS		% SUS	SUS		Não-SUS	% SUS
			Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	Internação	Qtde.	Qtde.	Ambulatório	
Janeiro	-	2018	94	316	26	70	81,87%	6.856	2.509	73,21%	81,87%
Fevereiro	-	2018	66	271	24	57	82,62%	6.052	2.241	72,98%	82,62%
Março	-	2018	69	287	22	61	82,47%	6.869	2.623	72,37%	82,47%
Abril	-	2018	93	287	28	62	82,23%	7.369	2.639	73,63%	82,23%
Maiο	-	2018	92	322	20	52	86,10%	6.997	2.520	73,52%	86,10%
Junho	-	2018	89	333	34	91	78,54%	6.861	2.468	73,58%	78,54%
Julho	-	2018	83	259	30	142	64,59%	7.112	2.758	72,06%	64,59%
Agosto	-	2018	98	316	21	65	82,94%	6.515	2.849	69,57%	82,94%
Setembro	-	2018	91	329	31	115	74,10%	6.573	2.371	73,49%	74,10%
Outubro	-	2018	82	298	20	55	84,42%	7.299	2.769	72,50%	84,42%
Novembro	-	2018	72	257	28	71	78,35%	7.258	2.516	74,26%	78,35%
Dezembro	-	2018	69	215	23	99	68,47%	6.747	2.097	76,29%	68,47%
Total (SEM INCENTIVO)	-	2018	998	3.490	307	940	78,78%	82.508	30.355	73,10%	78,78%

No Plano de Ação Regional (Portaria/MS nº 970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

- I - Atenção obstétrica e neonatal;
- II - Atenção oncológica;
- III - Atenção às urgências e emergências;
- IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e
- V - Hospitais de Ensino

Sim / Não	Máximo	Obtido
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano 2018 foi de: 78,78%

15 Receitas com Isenções Usufruídas

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2018, como se devido fosse:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS - Cota Patronal	540.825	542.222
PIS sobre Folha de Pagamento	19.455	16.564
Total	560.280	558.785

16 Trabalho Voluntário

Atendendo a Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA. A mensuração destes trabalhos foi feita com base nas horas despendidas, avaliadas pelo valor do salário dos membros da administração da Entidade.

2018			
	Horas	Valor H	Valor
Presidência	10	58,00	580,00
Vice-Presidente	10	52,00	520,00
Primeiro Tesoureiro	8	52,00	416,00
Primeiro secretário	8	46,00	368,00
Segundo secretário	4	46,00	184,00
Conselho Fiscal	28	46,00	1.288,00
Quadro de Assistentes	28	46,00	1.288,00
Pres. Conselho de Adm	6	58,00	348,00
Secr Conselho de Adm	4	46,00	184,00
Conselheiros	24	46,00	1.104,00
Total	130,00		6.280,00

Voluntárias da Rouparia

Neusa Gabriel Meneguel	77	35,00	2.695,00
Isa Dognani Bortotti	51	35,00	1.785,00
Maria Sebastiana G Stella	79	35,00	2.765,00
Margareth Mellão G. Ribeiro	16	35,00	560,00
Marinéia Garbelotti do Prado	39	35,00	1.365,00
Cidinha Lucarelli Geremias	18	35,00	630,00
			9.800,00

Total			16.080,00
--------------	--	--	------------------

17 Receitas com Subvenções

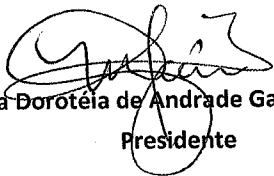
As subvenções destinadas para custeio e para investimento foram contabilizadas em contas de receitas de acordo com as normas contábeis vigentes, e estão representadas no quadro abaixo:

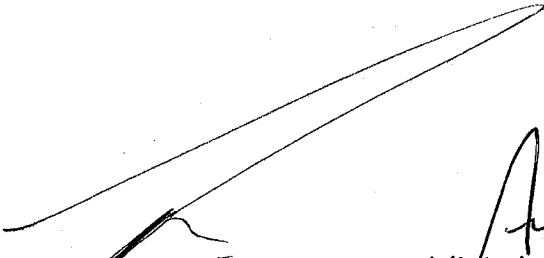
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subvenção Estadual Ta 02/2012-8	-	50.092
Convênio Rec Federal	-	87.535
Termo de Colaboração 01/2018	87.535	-
Termo de Colaboração 02/2018	77.100	-
Convênio Federal 001/2016	220.000	-
	<u>384.635</u>	<u>137.627</u>
<u>Investimento</u>		
Convênio 821506 200M	39.490	36.199
Subvenção Estadual Ta 01/2015-4	7.171	7.171
Subvenção Federal Conv 757	7.079	7.079
Subvenção Federal - Convênio	2.103	2.103
Convênio 834066	18.038	6.403
Convênio Federal	4.184	-
Convênio 247	3.972	-
	<u>82.037</u>	<u>58.955</u>
	<u>466.672</u>	<u>196.583</u>
<u>Total</u>		

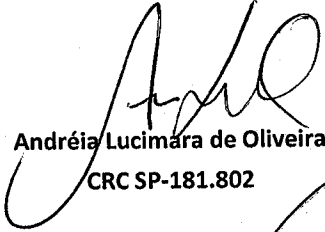
18 Outras informações

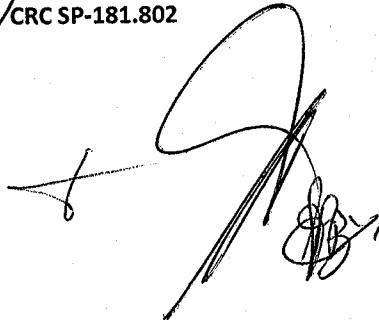
Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

Fatura, 31 de dezembro de 2018.


Nívea Dorotéia de Andrade Garcia Bortotti
Presidente


Roberto Gregório do Prado
Tesoureiro


Andréia Lucimara de Oliveira
CRC SP-181.802



SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FARTURA
CNPJ 47.795.448/0001-02

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nós abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da “Santa Casa de Misericórdia de Fartura” tendo examinado as demonstrações, acima elaboradas e achando-as em perfeita ordem, aprovamos e recomendamos sua aprovação pela Assembléia Geral.

Fartura, 31 de dezembro de 2018.


Carlos Augusto Varraschin
Presidente do Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

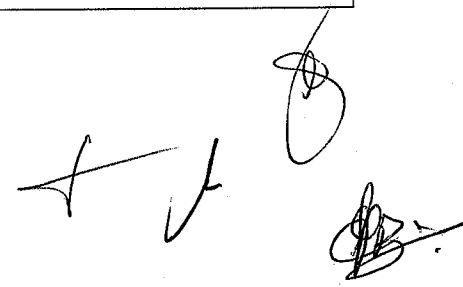
Nós abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da “Santa Casa de Misericórdia de Fartura” tendo examinado as demonstrações, acima elaboradas e achando-as em perfeita ordem, aprovamos e recomendamos sua aprovação pela Assembléia Geral.

Fartura, 31 de dezembro de 2018.


Orlando Antonioli


José Roberto Cimati



Luiz Antonio R. Bragança



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO Certidão nº: 2019/006921 Nome: ANDREIA LUCIMARA DE O DOGNANI Registro: SP-181802/O-9 Categoria: CONTADOR CPF/CNPJ: 144.322.258-58 Validade: 22/04/2019 Finalidade: Atendimento à Lei 5.307/86 (Prestação de Contas)
---	---

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 6996.2528.3680.7986

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Presidente da

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FARTURA

Fartura – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FARTURA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FARTURA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com

as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é



maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Araçatuba, 28 de fevereiro de 2019.



Luís Eduardo Azevedo
Contador CRC 1SP292909/O-6